

# Câmara Municipal de Ubá

ESTADO DE MINAS GERAIS

## PARECER DA COMISSÃO DE ORÇAMENTO, FINANÇAS E TOMADA DE CONTAS - COFTC

Parecer n.º 65 de 07 de dezembro de 2020.

Emenda Modificativa n.º 2 ao Projeto de Lei n.º 074/2020.

### Relatório

De autoria do Vereador José Roberto Reis Filgueiras, a emenda acima mencionada, visa acrescentar despesas para a Secretaria do Ambiente e Mobilidade Urbana.

O projeto foi encaminhado à Comissão de Orçamento, Finanças e Tomada de Contas para emissão de parecer quanto ao mérito, nos termos do art. 49, do Regimento Interno.

***“Art. 49 Compete à Comissão de Orçamento, Finanças e Tomada de Contas manifestar-se sobre matéria financeira, tributária e orçamentária, bem como sobre as contas do Prefeito, fiscalizando a execução orçamentária.”***

### Fundamentação

A proposição foi apresentada sobre o projeto n.º 074/2020, que prevê a manutenção de parcerias para Projetos Ambientais e a manutenção do convênio da Polícia Militar/DETRAN.

Ademais, os projetos ambientais serão realizados por meio de Edital de chamamento público, conforme a Lei n.º 13.019, que não estavam incluídos na proposta orçamentária. Já a manutenção do Convênio da Polícia Militar, será para fins de imposição e notificação de penalidades e de arrecadação de multas na área de competência do Município integrado no Sistema Nacional de Trânsito.

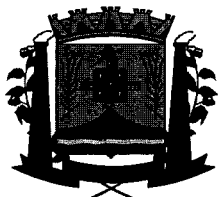
Da perquirição, esta Comissão entende que a aprovação da emenda autoriza o município a dar continuidade nos serviços a população com mais segurança e desenvolvendo a área ambiental.

Dessa forma, será incluída as seguintes dotações na Lei Orçamentária Anual:

**339039**

**Outros Serviços de Terceiros**

**R\$ 25.200,00**



# Câmara Municipal de Ubá

ESTADO DE MINAS GERAIS

## Projetos Ambientais (Codema)

|               |                    |                |
|---------------|--------------------|----------------|
| <b>335043</b> | Subvenções Sociais | R\$ 25.000,00  |
| <b>333041</b> | Contribuições      | R\$ 25.000,00  |
| <b>445041</b> | Contribuições      | R\$ 25.000,00  |
| <b>443041</b> | Contribuições      | R\$ 25.000,00  |
| <b>445042</b> | Auxílios           | R\$ 10.000,00  |
| <b>TOTAL</b>  |                    | R\$ 110.000,00 |

Os recursos acrescentados serão anulados parcialmente nas seguintes fichas: 2437, 2535, 2536 e 2537.

A lei orçamentária anual, por sua vez, é o instrumento legal que fixará a despesa e estimará a receita para o exercício financeiro, e compreenderá os orçamentos fiscal, de investimento e da seguridade social.

Registre-se, ainda, que mencionadas peças de planejamento devem ser compatíveis entre si, como dispõe o § 7º do artigo 165 da Constituição Federal e o artigo 5º da Lei Complementar nº101/2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal.

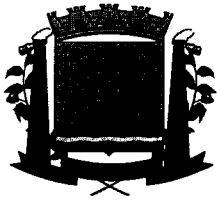
A Constituição Federal prevê a existência dos Poderes do Estado, independentes e harmônicos entre si, repartindo entre eles as funções estatais, bem como criando mecanismos de controles recíprocos, sempre como garantia do Estado democrático de Direito.

Sendo a atividade típica do Poder Executivo governar e administrar, incumbe-lhe a iniciativa de elaboração das peças orçamentárias (PPA, LDO e LOA), que são os instrumentos por meio dos quais o gestor público define e executa suas políticas públicas.

Cabe ao Poder Legislativo, por sua vez, autorizar mencionados instrumentos de planejamento, mediante lei ordinária, exercendo desta feita sua função típica de legislar. O controle da execução do orçamento também é demanda deste Poder, atuando neste momento como órgão fiscalizador.

Vale ressaltar, entretanto, que embora o projeto de lei orçamentária seja de iniciativa do Poder Executivo, o Poder Legislativo pode apresentar emendas, porém sua interferência deve atender as condições trazidas no § 3º do artigo 166 da nossa Constituição Federal, que de certo modo, restringe alterações significativas no orçamento. Isso se justifica ante o princípio da repartição dos poderes, pois é sabido que a atividade precípua e típica do legislativo, como já dito, é legislar e fiscalizar, não podendo, por conseguinte, invadir a competência do poder executante, a quem é reservado decidir por suas prioridades, gastos e investimentos.

No tocante à LOA, esta deve seguir os dispositivos da Constituição Federal no seu artigo 166, parágrafo 3º, incisos I, II (alíneas a, b e c) e III (alínea a e b), *in verbis*:



# Câmara Municipal de Ubá

ESTADO DE MINAS GERAIS

***“§ 3º As emendas ao projeto de lei do orçamento anual ou aos projetos que o modifiquem somente podem ser aprovadas caso:***

***I - Sejam compatíveis com o plano plurianual e com a lei de diretrizes orçamentárias;***

***II - Indiquem os recursos necessários, admitidos apenas os provenientes de anulação de despesa, excluídas as que incidam sobre:***

***a) dotações para pessoal e seus encargos;***

***b) serviço da dívida;***

***c) transferências tributárias constitucionais para Estados, Municípios e Distrito Federal; ou***

***III - sejam relacionadas:***

***a) com a correção de erros ou omissões; ou***

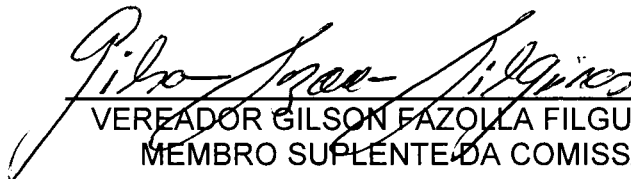
***b) com os dispositivos do texto do projeto de lei”.***

É de verificar-se, como vimos, que há um rigor exigido na legislação, portanto, para interferências por parte do legislador na Lei Orçamentária Anual. Chama atenção o fato de que é vedado o aumento de despesas, apenas sendo possível, a permuta entre dotações. Dessa forma, é possível verificar que a emenda proposta pelo Edil está em conformidade com a Constituição Federativa do Brasil.

## Conclusão

Pelas razões expostas, a Comissão de Orçamento, Finanças e Tomada de Contas opina pela aprovação da Emenda Modificativa n.º 02 ao Projeto de Lei n.º 074/2020.

Ubá, 07 de dezembro de 2020.

  
VEREADOR GILSON FAZOLLA FILGUEIRAS  
MEMBRO SUPLENTE DA COMISSÃO

VEREADOR LUIS CARLOS TEIXEIRA RIBEIRO  
MEMBRO DA COMISSÃO

  
VEREADORA JANE CRISTINA LACERDA PINTO  
MEMBRO DA COMISSÃO